

CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE IRAUÇUBA

Francisco Régis Bezerra De Sousa

Andrea Abreu Astigarraga

RESUMO

Neste artigo apresentamos os resultados de uma pesquisa feita no TCC de especialização em educação Contextualizada para o semi-árido. O tema é a desertificação no município de Irauçuba – Ce e a importância da contextualização do ensino de Geografia no Ensino Fundamental das escolas públicas municipais em tal município. Descrevemos e analisamos a proposta curricular do ensino de Geografia nas escolas municipais de ensino fundamental do município de Irauçuba, buscando identificar a concepção de contextualização no ensino Fundamental II. As principais referências bibliográficas utilizadas foram: Furtado (1985); Martins (2004); Sobrinho (2007); Falcão (2007); Haguette (1987), entre outros. A metodologia utilizada foi à pesquisa participativa. O procedimento metodológico utilizado foi a análise de uma experiência sobre desertificação realizada em nossa prática docente na Escola Municipal João da Cunha Araújo, no ano de 2009. A principal conclusão deste TCC foi identificar e apontar possíveis soluções para a problemática das secas da desertificação.

PALAVRAS CHAVES: Desertificação; Contextualização do Ensino de Geografia; Pesquisa Participativa.

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos os resultados de uma pesquisa feita no TCC de especialização em educação Contextualizada para o semi-árido. Tem como objetivo principal destacar um projeto desenvolvido na escola de Ensino Municipal João da Cunha Araújo. Para atingir os objetivos, utilizamos uma pesquisa participante e leituras dos seguintes autores: Figueiredo (2007); Falcão Sobrinho (2007). Martins (2004), Freire (1997), entre outros autores.

O semi-árido brasileiro ocupa uma relevante e significativa parte da Região Nordeste do Brasil.

Devido a sua localização geográfica o semi-árido há séculos vem sendo castigado por secas, temperaturas amenas, falta de água, fome, destruição de suas reservas vegetais, proporcionando, assim, o êxodo rural e o agravamento da desertificação em algumas regiões do semi-árido. Um dos grandes problemas em torno deste fato é a de uma política governamental local que seja voltada para solucionar o drama dos moradores desta região. Esta denúncia não é atual. Furtado, em 1959, já alertava para a problemática das secas e a necessidade de uma política governamental eficaz.

Atualmente Irauçuba apresenta um altíssimo índice de desertificação, tal problema vem contribuindo para um quadro irreversível na parte física da região, em dois importantes setores; no primeiro caso a devastação de suas reservas ecológicas e o uso indevido do solo pelo o homem vem

acelerando o processo de desertificação da região. No segundo caso diz respeito à migração do homem do campo com sua família para a cidade em busca de melhorias, muitas vezes não encontradas. Provocando assim o aumento do desemprego e o afavelamento.

Irauçuba é um município brasileiro do estado do Ceará sua população estimada em 2010 pelo IBGE era de 22.34 habitantes. O topônimo **Irauçuba** vem do Tupi “**ira**” (abelha), “**ussu**” (grande) e “**ba**” ou “**pe**” (caminho) e significa caminho das abelhas. Sua denominação original era **Cacimba do Meio**, depois **Santa Cruz do Norte** e desde 1905, Irauçuba.

O que as nossas escolas de ensino fundamental estão fazendo para amenizar os problemas das secas e da desertificação em nosso município em especial? O que as nossas escolas poderiam fazer para solucionar ou procurar possíveis soluções para a problemática das secas e da desertificação? De que maneira nossos escolas junto com os alunos de ensino fundamental poderiam desenvolver projetos para a problemática das secas no município de Irauçuba? Essas são perguntas que, no nosso modo de pensar, somente encontraremos as respostas quando desenvolvermos projetos contextualizando o ensino fundamental com a realidade do semi-árido local, com seus problemas, com suas diversidades e potencialidades.

EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA O SEMÁRIDO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9 394, desde 1996 prevê, em seu artigo 28, a adaptação dos conteúdos curriculares às características da zona rural e das demais regiões, além da utilização de metodologias de ensino que atendam as reais necessidades dos alunos. Para Farias e Pinheiro Educação Contextualizada significa:

[...] compreender um contexto social bem mais amplo e as múltiplas relações que se estabelecem, se produzem e se reproduzem, tendo como base a relação global e local, rural e urbano, micro e macro, seca e chuva, homem e mulher, conflitos de gerações, paz e guerra. Além disso, favorecer um conhecimento holístico, possibilitando novas atitudes, comportamentos e procedimentos no relacionamento com o meio e com formas de convivência mais sadias e sustentáveis, promotoras de uma autonomia reflexiva e propositiva de uma nova ordem social (FARIAS; PIHEIRO, 2011. p. 16).

A Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido não deve se limitar ao espaço físico. Ela deve envolver regimes de signos, fluídos, componentes da subjetividade. A sua compreensão deve se dá a partir de várias ramificações que se estabelecem nas camadas do pensamento, das idéias e dos valores.

Ao falar em contextualização, estamos falando em “identificação da ruptura”, ou seja, estamos rompendo com grandes narrativas da ciência se da pedagogia moderna que são os princípios da formalidade abstrata e de universalidade, da concepção tradicional e colonizadora da

educação, ao mesmo tempo reafirmando que a educação precisa fazer sentido na realidade das pessoas no lugar onde estão. Para Martins:

Contextualizar, portanto, é esta operação, mais complicada de descolonização. Será sempre tecer o movimento de uma rede que concentre o esforço em soerguer as questões “locais” e outras tantas questões silenciadas na narrativa oficial, ao *status* de “questão pertinentes” não por serem elas “locais” ou “marginais”, mas por serem elas “pertinentes” e por representarem a devolução da “voz” aos que as tiveram usurpadas, roubada, negada historicamente (MARTINS, 2002, p.31).

A concepção da Educação Contextualizada busca entender que as pessoas se constroem, e constroem seus conhecimentos a partir do contexto, com relações mais amplas. Ou seja, a relação, ou a construção dos saberes, se dá na relação das pessoas com o mundo, consigo mesmo e com os outros. Para Reis:

A educação Contextualizada e para Convivência com o Semi-Árido não pode ser entendida como um espaço do aprisionamento do saber, ou ainda na expectativa de uma educação localista, mas como aquela que se constrói no cruzamento cultura – escola - sociedade. A contextualização neste sentido não pode ser entendida apenas como a inversão de uma lógica curricular construtora e produtora de novas excludências (REIS, 2005, p.13).

A conotação da palavra contexto não pode ser vinculada apenas à dimensão territorial do “aqui” a “um lugar”, a um território fixo. Ela deve incluir os vários “aquis” que atravessem a constituição de nossa realidade. Isso porque as pessoas não estão de forma alguma soltas no ar, no tempo, à mercê das eventualidades. Elas estão inseridas numa cultura, num modo de vida.

O PAPEL DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NA CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O CONVÍVIO COM O SEMIÁRIDO

Segundo Freire (1997), ensinar é uma prática social, uma ação cultural, pois se concretiza na interação entre professor e aluno, refletindo a cultura e os contextos a que pertencem. Essa é a prática que o ensino contextualizado defende em seu contexto, que haja uma cumplicidade de valores entre alunos e professores. E com isso nos vem uma pergunta pertinente, será se nossos professores estão preparados ou tem formação para tal? Em muitas das situações sabemos que não, nossos professores estão totalmente fora do contexto de contextualização, muito de nossos professores são sobre carregados com cargas horárias, e em muitas das vezes faltam tempo para uma formação voltada para o tema contextualização.

Em outras situações podemos dizer que a questões relacionadas à contextualização nos cursos de formação nem sempre ou certamente não fazem parte da grade curricular, deixando assim

nossos professores desprovidos indiretamente e por falta de um programa específico para tal, fora do contexto, sem condições didáticas para exercer essa função de professor intermediador no ensino contextualizado.

Sabemos que para muitos professores mudar à prática educacional ao qual está habituado e por muitas vezes é uma prática totalmente ultrapassada e tradicionalista, torna sim um grande desafio, um obstáculo que vem a lhes trazerem insegurança, fazendo com que eles permaneçam reféns dos livros didáticos.

E não é somente o conceito de contextualização que amedrontam nossos mestres, assunto como temas transversais e interdisciplinaridade ainda é um desafio. E dever de cada professor, sabendo de suas deficiências, manter se atualizados, pois essa caminhada em busca de renovação e conhecimento é cíclica e deve durar por toda vida profissional.

O professor de geografia tem como obrigação preservar e transmitir os princípios da geografia tem a obrigação de não se omitir em sua função, precisa está preparado e atualizado para com as mudanças que ocorre constantemente em seu meio e profissão, é preciso que o professor traga para se a responsabilidade de saber transmitir os objetivos da geografia no ensino fundamental (já citados aqui neste artigo).

O profissional de geografia deve ter como objetivo principal está “atenado” com as mudanças climáticas e suas conseqüência, desenvolvendo projetos, participando intensivamente da vida social de seus aluno e de sua comunidade, junto com seus alunos interagindo sobre os problemas sociais, ambientais, políticos e culturais, na tentativa de uma contextualização com o meio e a vida de cada aluno. O professor de geografia é peça fundamental para a contextualização do ensino fundamental, nas escolas de ensino fundamental do semi-árido.

Através do ensino e geografia será possível discutir e encontrar soluções para as respostas de nossas perguntas, e assim podemos chegar a uma possível solução para a problemática do homem do campo. Para chegarmos a essas possíveis soluções para o problema das secas e da desertificação, é necessário que se faça de imediato uma contextualização do ensino de geografia com o semi-árido irauçubense.

A contextualização do ensino de geografia no contexto do semi-árido fica claro nos pensamentos dos autores Pinto e Lima (2005, p. 3) que falam sobre uma temática voltada para o semi-árido:

[...] tem como objetivo trabalhar a educação formal, desencadear a discussão sobre a construção de um currículo escolar que considere as especificidades e

potencialidades da região semi-árida, estimulando a formulação de políticas educacionais que impulsionem o conhecimento, a divulgação e utilização das tecnologias de convivência nessa região (PINTO e LIMA, 2005, p. 3).

Comungamos ainda com a idéia de Pinto e Nunes (2005, p.4) “A idéia não é rejeitar os conteúdos tradicionais das disciplinas, mas de reconsiderá-las ou requalificá-las”. Concordamos que é fazer com que o ensino de geografia deixe de ser uma mera disciplina curricular em nossas escolas e passe a ser aproveitada com o seu real objetivo como disciplina escolar que é estar ligada diretamente com o meio ambiente e o ser humano nas suas possíveis e reais necessidades de transformar e proteger o meio em que vive. Sendo assim, elaboramos os seguintes objetivos para este trabalho:

METODOLOGIA

O referido artigo foi desenvolvido através de uma pesquisa participativa. Demo apud Haguette cita alguns autores e suas definições para pesquisa participativa:

É um processo de pesquisa no qual a comunidade participa na análise de sua própria realidade, com vistas a promover uma transformação social em benefício dos participantes que são oprimidos. Portanto, é uma atividade de pesquisa educacional e orientada para a ação. Em certa medida, a tentativa da PP foi vista como uma abordagem que poderia resolver a tensão contínua entre processo de geração de conhecimento e o uso deste conhecimento, entre o mundo “acadêmico” e o “real”, entre intelectuais e trabalhadores, entre “ciência” e “vida” (DEMO apud HAGUETTE, 1987, p. 126).

Gianotten e De With apud Haguette apresentam uma concepção usual para pesquisa participativa como sendo: “um processo de investigação, educação e ação onde há a participação da comunidade juntamente com um compromisso intelectual apontando para a transformação social” (GIANOTTEN e DE WITH apud HAGUETTE 1987, p.148 – 150). Haguette lembra que esta definição é incompleta porque trata apenas de certas condições necessárias, mas não suficientes para que se identifique um PP como tal (GIANOTTEN e DE WITH apud HAGUETTE 1987. p.148 - 150).

Para estes autores, o componente que precisa ser incorporado é o elemento de organização político-econômico, instância mediadora, que promove a passagem do saber popular ao saber orgânico (científico). Haguette chama a atenção para a nova definição de PP dos autores Gianotten e De With:

PP é aquela investigação em que existe um trabalho orgânico de assessoria para que a investigação se converta em uma investigação orgânica; em outras palavras, quando a participação se situa no processo orgânico de produção de conhecimento, no qual o conhecimento popular espontâneo transforma-se em conhecimento popular orgânico

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2009, na localidade de Cacimba Salgada, distante 10 km da sede do município, desenvolvemos um projeto de combate a desertificação, já que a localidade citada é um dos núcleos mais críticos de desertificação do município. Vale ressaltar que em nenhum momento o projeto teve a intenção de solucionar todo e qualquer problema relacionado à desertificação daquela região. Nossa intenção era definir para nossos alunos o que era a tão falada desertificação de maneira prática e dinâmica.

O projeto contou com a participação dos alunos de 8º e 9º ano da Escola Municipal João da Cunha Araújo na referida localidade. O projeto tinha duas temáticas pertinentes. A primeira consistia em definir para os alunos o que era desertificação, para isso nada melhor do que levar os alunos para uma aula de campo, onde eles puderam ver na prática o que realmente era a desertificação, quais os seus efeitos e causas, o que estava acontecendo com o solo, a vegetação e o que ainda poderia acontecer num futuro bem mesmo que de maneira lenta com aquela areia, eu era degradação de toda reserva florística e da fauna local.

A segunda temática era voltada para a identificação das causas da desertificação e uma possível solução da problemática. Na ocasião os alunos levaram muito a sério o projeto, foi feito todo um levantamento dos questionamentos, os alunos foram divididos em grupos e cada grupo procurou apontar possíveis soluções para a problemática da desertificação.

Nas possíveis soluções levantadas e apontadas por alguns alunos estava:

- Diminuir as áreas de pastoreio do gado (bovino e ovino) já que a localidade é constituída em sua maioria por fazendas de criação de gado e ovelhas;
- Incentivar a prática da agricultura rotacionada;
- Ensinar novas práticas de como deve ser feito o manejo das roças para o plantio de milho e feijão;
- Reflorestamento das áreas degradadas;
- Preservação das áreas que ainda não foram degradadas;
- Promover o fim das queimadas;

O projeto teve duração de quatro aulas práticas, contando apenas com a participação dos alunos já mencionados e dos professores de geografia. Não tivemos nenhuma dificuldade em realizar o projeto já que a escola e a comunidade estão inseridas no centro dos núcleos de desertificações, facilitando assim o acesso às áreas que iríamos estudar.

Os resultados do projeto foram os melhores possíveis, os alunos abraçaram a causa, fizeram pesquisas, levantamentos e entrevistas com os moradores, fizeram palestras de conscientização com os moradores e agricultores da região, tiramos fotos (em anexo) e ficou ali em cada um deles a certeza de que é preciso cuidar para que a sua localidade não venha a se transformar em um deserto como todos dizem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, tivemos como objetivo destacar a importância e os resultados conseguidos com um projeto de combate à desertificação na Escola de Ensino Municipal João da Cunha Araújo, na localidade de Cacimba Salgada, localidade que fica distante 10 km da sede do município de Irauçuba.

A região semi-árida do Brasil de um modo geral tem suas limitações, assim como, suas potencialidades e fragilidades, o que não é diferente no semi-árido cearense, assim como no município de Irauçuba. A seca sempre foi motivo de sofrimento para o povo dessas regiões, levando-os muitas vezes a abandonarem suas casas em busca de soluções e alternativas para o sofrimento de sua família.

Atualmente Irauçuba tem um significativo e negativo quadro de desertificação, problema este causado de maneira natural, mais que nos últimos anos tem sido agravado e acelerado pela ação predatória do homem em suas mais diversas atividades.

Estudos e projeto já foram desenvolvidos em todos os setores que abrangem a região do semi-árido do Brasil, em buscas de soluções para as problemáticas das secas e da desertificação. Na contextualização do Ensino para a Convivência com o semi-árido, acreditamos que as possíveis soluções para as problemáticas do sertão estão no próprio convívio de seu povo com a sua região, isso ficou claro no texto aqui apresentado, isso será possível com a educação contextualizada.

Nossas escolas, nossos professores de geografia e autoridades deveriam e deve estar atentos para tal assunto, criando assim um programa educacional em nossas escolas voltado para o convívio do homem do sertão com o seu meio, criando currículos educacionais contextualizados com as

múltiplas disciplinas escolares e, em especial com a geografia que é tão direcionada ao assunto em questão.

Espera-se que esta contextualização seja interesse de nossos professores de geografia e de todos em geral. Assim como, que escolas, especialmente as de Irauçuba, busquem meios de contextualizar o ensino fundamental. Cabe a nós professores de geografia desenvolver projeto e incentivos para a contextualização do ensino dessa disciplina, assim como buscar alternativas para possíveis soluções ou amenização da problemática das secas e da desertificação no semi-árido no nordeste brasileiro, especialmente em Irauçuba.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINS, Josemar. *Anotações em torno do conceito de Educação para Convivência com o Semi-árido*. In: *Educação para convivência com o Semi-árido Brasileiro: reflexões teóricas-práticas*. Bahia: Juazeiro: Selo Editorial RESAB, 2004.

SACRISTAN, Jimeno. *O currículo uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

REIS, Edmerson dos Santos. *Projeto apresentado de Doutorado apresentado à Universidade Federal da Bahia*. Bahia: Salvador: 2005

FIGUEIREDO, João Batista. *Educação Ambiental Dialógica: As Contribuições de Paulo Freire e a Cultura Sertaneja Nordestina*. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

SOBRINHO, J. F.; FALCÃO, C. L: (orgs). *Semi-árido: diversidades, fragilidades e potencialidade*. Sobral: Sobral Gráfica, 2006.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1987.

PINTO, E. B.: LIMA, M. J. A: *Programa de Convivência com o Semi-árido Brasileiro e Sua Influência na Mudança de Hábitos e Valores – Trabalho apresentado no II Congresso Iberoamericano sobre Desarrollo y Medio Ambiente*, em Puebla/México, out/2005 - www.Fundaj.gov.br

FURTADO, Celso. *Nordeste – O tempo perdido*. Revista Ciência Hoje. SBPC – v. 3 n.18. 1985

FARIAS A. E. M. F.; PINHEIRO, J. N: *Educação Para o Convívio com o Semiárido: Contribuições Para o Ensino de História* – WWW. Irapa.org. publicações/artigos/autoria

NUNES, L. A. P. L.: SOBRINHO, J. F.; FALCÃO, C. L: (orgs) O Núcleo de Desertificação de Irauçuba: Limitações, Fragilidades do Solo: *Semi-árido: diversidades, fragilidades e potencialidade*. Sobral: Sobral Gráfica, 2006.

CASTILHO. Ele Wiecko V. de. *O papel da Escola Para a Educação Inclusiva* – pdfc. pgr. mpf.gov. br

BRASIL. **Lei de Diretrizes de Base da Educação**: Lei Nº 9.394/96 – 24 de dezembro. Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.